

# COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

## PROJETO DE LEI Nº 2.461, DE 2007

Dá nova redação ao art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, alterando os critérios para contratação obrigatória pelas empresas de beneficiários reabilitados e pessoas com deficiência.

**Autor:** Deputado BARBOSA NETO

**Relatora:** Deputada GORETE PEREIRA

### I - RELATÓRIO

A presente proposição visa alterar os percentuais estabelecidos na legislação previdenciária para contratação de beneficiários reabilitados e pessoas com deficiência.

Afirma o Autor, em sua justificção, que

*“A edição da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que criou sistemas de cotas nas empresas com vistas à absorção de beneficiários habilitados ou pessoas com deficiência habilitadas, representou uma conquista significativa para a efetivação do direito ao trabalho dessas pessoas. (...)*

*Embora essa lei venha mudando o cenário do mercado de trabalho brasileiro em relação a esse segmento social, julgamos que chegou o momento de darmos mais um passo importante na busca de uma maior inclusão, mormente quando pesquisa publicada pela Fundação Getúlio Vargas, em parceria com a Fundação Banco do Brasil, atesta que, no universo dos trabalhadores formais ativos, apenas dois por cento são*

*peçoas com deficiência.”*

A proposição está sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público e de Seguridade Social e Família, em regime de tramitação ordinária.

Nesta Comissão, não foram apresentadas emendas ao projeto no prazo regimental de cinco sessões.

É o relatório.

## **II - VOTO DA RELATORA**

Cabe à Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público a análise do mérito trabalhista da proposição.

Nesse sentido, ainda que a intenção do Autor seja das mais justas, entendemos que a iniciativa não merece prosperar.

Sabemos o quanto foi e ainda é importante a política de cotas para beneficiários reabilitados e peçoas com deficiencia estabelecida na Lei não 8.213, de 1991, entretanto não consideramos adequado o aumento das porcentagens que está sendo estabelecido pelo projeto em análise.

Na verdade, acreditamos que apenas o aumento no número de vagas para contratação de peçoas com deficiencia não seria suficiente para conferir efetividade ao direito ao trabalho desses trabalhadores.

A realidade do nosso país é a da não-qualificação profissional. Milhares de trabalhadores estão desempregados não pelo fato de não haver vagas no mercado de trabalho, mas, em inúmeros casos, pela falta de qualificação da mão-de-obra. E isso se reflete, conseqüentemente, em relação às peçoas com deficiencia. Muitos empregadores têm alegado que o descumprimento das cotas hoje em vigor decorre, principalmente, da impossibilidade de contratação de trabalhadores que não estão qualificados para desenvolver as atividades da empresa.

Com efeito, a simples imposição de uma obrigatoriedade não garante que ela seja cumprida, e muito menos proporciona uma mudança de mentalidade efetiva do empregador para que este ofereça condições condignas de trabalho para as pessoas com deficiência.

O ilustre economista José Pastore atenta para o fato de que

*“As pesquisas sobre o assunto mostram que as atitudes positivas em relação ao trabalho de portadores de deficiência não resultam automaticamente das leis ou da fiscalização. Os empregadores inclinados a contratar portadores, costumam recuar quando têm de enfrentar as despesas e os problemas gerados pelo seu emprego em ambientes de não-portadores de deficiência, e que nem sempre aceitam bem o trabalho daqueles.*

*Nem todo empregador está pronto para atender o problema do lado do portador de deficiência e para preparar o ambiente de trabalho para a sua inclusão. Aliás, até as famílias, em muitos casos, não estão preparadas para receber um membro que seja portador de deficiência (Ribas, 1983). A mudança desse quadro depende muito mais de educação e medidas estimuladoras do que de fiscalização e punição.”<sup>1</sup>*

Por isso, mais importante do que aumentar as porcentagens de contratação obrigatória de pessoas com deficiência, por meio da via legislativa, é a implementação de campanhas que levem os empregadores a reconhecer o potencial desses trabalhadores.

De fato, a inclusão social dessas pessoas, por meio do trabalho, é, a nosso ver, uma tarefa bem mais complexa.

Dessa forma, importante apontarmos que a adoção de uma medida isolada de aumento do número de vagas de trabalho para as pessoas com deficiência de nada adiantará se não for acompanhada da adoção de providências na área de reabilitação, de educação e qualificação profissional, de eliminação de barreiras arquitetônicas, de adequação do meio ambiente de trabalho e de transporte, de forma a permitir o acesso e a permanência dessas pessoas no emprego.

---

<sup>1</sup> PASTORE, José. *Oportunidades de trabalho para portadores de deficiência*, São Paulo: LTr, 2000, p.61.

Por fim, necessário mencionarmos que já há nesta Casa um fórum de debate bem mais amplo sobre os direitos das pessoas com deficiência, que é o Projeto de Lei nº 7.699, de 2006, já aprovado no Senado Federal, que *“Institui o Estatuto do Portador de Deficiência e dá outras providências.”*, o qual se encontra pronto para a pauta de votação em Plenário.

Pelo exposto, votamos pela **rejeição** do Projeto de Lei nº 2.461, de 2007.

Sala da Comissão, em        de março de 2008.

Deputada GORETE PEREIRA  
Relatora